

## LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA E O TEMA AFRICANIDADES NA BIBLIOTECA ESCOLAR

### AFRICAN LITERATURES IN PORTUGUESE LANGUAGE AND THE THEME OF AFRICANITIES IN THE SCHOOL LIBRARY

Bruna Rodrigues Feitosa<sup>1</sup>

#### RESUMO

O trabalho visou dissertar e refletir sobre o papel da biblioteca dentro da escola e a prática de mediação como enfrentamento, interferência e resistência, principalmente quando se trata da temática africanidades e a literatura africana em língua portuguesa. Primeiro a justificar a existência da biblioteca dentro da escola, com Silva (2011), Campello *et al.* (2016) e Trindade, Siqueira, Terra (2021), depois compreender a prática de mediação da leitura e sua fruição na visão de Oberg (2007), Candido (2011) e Brito (2020), a fim de rever e propor formas de tratamento e abordagem da temática africanidades, segundo Brito (2014), Alves e Timbane (2016) e Umbelino e Pereira (2018), revisando a existência e aplicação de políticas públicas no Brasil com autores como Cirino (2015) quanto a lei 12244/2010 que propõe a universalização das bibliotecas escolares, Bernardes (2018) que analisa o PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola) e a aplicação da lei 10.639, que inclui nos currículos pedagógicos o ensino sobre história e cultura afro; e a literatura de autores africanos da língua portuguesa, como o angolano Ondjaki, que revela uma Angola independentista, de tradições, conflitos internos que aspira por um futuro além da questão da subserviência, de acordo com Moura (2022). Concluindo que é ato de persistência, tornar essencial a biblioteca e o trabalho criterioso sobre África e suas literaturas em língua portuguesa, trabalhadas neste espaço, a fim de desmistificar conceitos e estereótipos pré-concebidos, quanto aos países lusófonos do continente, pelo ocidente e pelas consequências da colonização e da dominação Portuguesa.

**Palavras-chave:** biblioteca escolar; literatura africana; língua portuguesa.

#### ABSTRACT

The work aimed to discuss and reflect on the role of the library within the school and the practice of mediation as confrontation, interference and resistance, especially when it comes to Africanities and African literature in Portuguese. First to justify the existence of the library within the school, with Silva (2011), Campello *et al.* (2016) and Trindade, Siqueira, Terra (2021), then to understand the practice of reading mediation and its fruition in the view of Oberg (2007), Candido (2011) and Brito (2020), in order to review and propose ways of treating and approaching the Africanities theme, according to Brito (2014), Alves and Timbane (2016) and Umbelino and Pereira (2018), reviewing the existence and application of public policies in Brazil. Brazil with authors such as Cirino (2015) and the law 12244/2010 that proposes the universalization of school libraries, Bernardes (2018) who analyzes

<sup>1</sup>Bibliotecária e Cientista da Informação (2019) Graduada pela Universidade de São Paulo. Mestranda em Estudos de Literatura pela Universidade Federal de São Carlos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3847-5063>. E-mail: [bruna.feitosa@estudante.ufscar.br](mailto:bruna.feitosa@estudante.ufscar.br)

the PNBE (National Library Program at School) and the application of law 10,639, which includes in the curricula pedagogical teaching about Afro history and culture; and the literature of African authors in the Portuguese language, such as the Angolan Ondjaki, who reveals an independentist Angola, of traditions, internal conflicts that aspires for a future beyond the question of subservience, according to Moura (2022). Concluding that it is an act of persistence to make essential the library and the judicious work on Africa and its literatures in Portuguese language within it, in order to demystify preconceived concepts and stereotypes, regarding the Portuguese-speaking countries of the continent, by the West and by the consequences of colonization and of Portuguese domination.

**Keywords:** school library; african literature; portuguese language.

Data de submissão: 24 jul. 2022

Data de aprovação: 30 nov. 2022

## 1 INTRODUÇÃO

Em primeiro plano, é preciso compreender que a biblioteca escolar tem seu papel subestimado, subentendido e incompreendido na esfera pública e privada do Brasil. Isso inclui o olhar da comunidade e da docência escolar, pois este é um lugar onde a prática de ensino da literatura pode e deve acontecer. Contudo, as relações sensíveis e de difícil aproximação entre esse ambiente e a sala de aula, assim como do professor e do bibliotecário, dificultam a realização das práticas de mediação literária do profissional da informação. Se realizadas de forma efetiva, são capazes de cumprir com o propósito de aguçar o gosto pela leitura, ampliar o conhecimento do mundo e conceber o ideal de alteridade nos alunos, cumprindo com a sua função sociocultural.

A mediação da leitura como prática de intervenção e resistência, baseada na fruição tanto do mediador quanto do receptor, é uma prática dialógica de interação entre ambos, propiciando que a humanização aconteça a partir da associação cognitiva empática (ou não), e afetiva quanto ao texto literário. Segundo Candido (2011) esse ato de humanizar é fazer nascer no homem a reflexão; aprender adquirir o saber, alteridade, refinamento das emoções, compreensão dos problemas da vida, dos seres e do mundo, o senso de beleza e o cultivo do humor.

A partir do entendimento do impacto que a mediação cultural dentro da biblioteca pode causar nos indivíduos, no que diz respeito ao preceito do receptor se enxergar no próximo e conhecer o mundo quando se lança o olhar para a urgência de se compreender o silenciamento da cultura africana proporcionado por Portugal, tanto no Brasil como no continente Africano, refletindo nas artes canonizadas pelo

ocidente, inclusive na literatura, entende-se que utilizar desse espaço informacional para buscar resultados da fruição da leitura mediada através de práticas, como por exemplo, da leitura dramatizada ou hora do conto, ou outras atividades que trabalhem textos de escritores africanos em língua portuguesa, é um caminho no qual se propõe essa pesquisa.

Pretende-se também refletir sobre possibilidades de o bibliotecário trabalhar a temática da literatura africana em língua portuguesa, dando como exemplo obras de autores como o jovem escritor angolano Ondjaki, que narra em suas histórias e personagens sentimentos e impressões de uma Angola pós independência, com suas tradições e conflitos internos, na busca de um futuro de esperança que quebra estereótipos.

Faz-se aqui uma reunião de elucidações às práticas possíveis na mediação criteriosa dessa literatura, que envolve um tema tão sensível que traz a necessidade de ser tratado de forma cautelosa, honesta e congruente com a realidade dos países africanos, suas urgências e aspirações.

Como método usou-se a pesquisa bibliográfica, a estabelecer-se em três etapas, desenvolvidas nos capítulos. Sendo o primeiro a elucidar sobre o papel da biblioteca na escola, baseado em leis e propósitos quanto a autores no âmbito de estudos da Biblioteconomia, como Silva (2011), Campello *et al.* (2016), Trindade, Siqueira, Terra (2021) entre outros. Posteriormente, compreender o papel do processo de mediação literária, o propósito do sujeito leitor como protagonista e o resultado da fruição como prática humanizadora, com Oberg (2007), Candido (2011) e Brito (2020). Em sequência, como última etapa, levantar pontos quanto a urgência do ensino de literatura africana e língua portuguesa nas escolas brasileiras por Trigo (2014), Brito (2014), Alves e Timbane (2016) e Umbelino e Pereira (2018), analisando as políticas públicas implantadas no país, como a lei nº 10.639, citada por Cirino (2015) , assim como o PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola) e sua distribuição de livros com a temática e autores africanos analisado por Bernardes (2018) em quatro recentes edições, adentrando a discussão para a abordagem da temática feita por bibliotecários, de acordo com Curvo (2021) e especificidades da literatura africana comparada a outros países que têm como língua oficial o português, destacando Moura (2022). Trazendo como exemplo para ser trabalhado dentro da biblioteca, o escritor Ondjaki.

## 2 BIBLIOTECA ESCOLAR

Conceitualizar, estabelecer lugar e dar voz a biblioteca na escola, que parece fazer parte de uma outra dimensão, um universo à parte, às vezes abandonado, ocasionalmente incompreendido, se faz aqui necessário, antes de todo desenvolvimento quanto a literatura africana em língua portuguesa, justificar sua urgência de resistir e de existir no cerne da escola, não como parte dela, mas como um coração que bombeia e nutre todo o processo pedagógico e humanizador da comunidade estudantil. Esse posto propício de se produzir encantamentos, estabelecer laços, proporcionar encontros com o eu, o outro, o mundo, acontece também através da disseminação e mediação do conhecimento e catártico movimento literário.

A IFLA, em documento traduzido ao português em 2016 junto a Unesco, estabeleceu diretrizes a fim de encorajar, definir funções e buscar interação entre bibliotecas em todo o mundo. A Federação considera que o objetivo principal da biblioteca escolar é ser ambiente de ensino e aprendizagem, que promove o letramento informacional, o que proporcionará condições para que o aluno se desenvolva no modo de pensar autônomo e crítico, considerando as diversidades que compõem a sociedade, agindo de forma ética e responsável. Além disso, como programa educativo, pontua a importância da valorização e da democratização da cultura e da literatura. Neste sentido, é possível que se conceba como as duas dimensões principais da biblioteca na escola, o incentivo à leitura e o letramento informacional.

Dois pontos cruciais devem vir à reflexão nas abordagens sobre a biblioteca escolar, especificamente no Brasil. Primeiro, compreender a diferença entre instituições educacionais públicas e privadas no país, e segundo refletir sobre a relação de estranhamento entre as áreas da educação e da Biblioteconomia, portanto do professor e bibliotecário.

Quanto ao primeiro ponto, Silva (2011, p. 494), em um contexto histórico, assinala questões que reverberam até os dias atuais quanto à forma como se constituíram as bibliotecas e escolas privadas no país. Tendo seus frequentadores com maior poder aquisitivo, o que levou ao estabelecimento de uma estrutura quanto à condição do espaço e construção de acervos herdados de um aparato religioso desde o século XVI. Já as bibliotecas de escolas públicas eram e ainda são

tratadas como um depósito, tendo em vista a acumulação de livros e falta de profissionais capacitados dentro dela, para remanejar o acervo e promover as ações culturais quanto à leitura. Sendo assim, as escolas particulares passam a tratar as bibliotecas como vitrines para a venda de seus serviços educacionais, vistos como um produto lucrativo no sistema capitalista a qual estamos imersos. Já as bibliotecas de escolas estaduais e municipais, se existentes, ganham um caráter de miséria, como descreve Carneiro da Silva, em sua obra *A miséria da biblioteca escolar* (1999), que revela a realidade precária e aponta como motivos desde os planos de governo de alguns governantes, que buscam submeter os cidadãos a alienação do livro, o silêncio ensurdecador vindo da própria comunidade bibliotecária até a carência de disciplinas que abordam sobre o tema nos cursos que formam docentes, o que esbarra no segundo ponto cabal, referente ao estranhamento entre professores e bibliotecários. Quanto a isso, pode-se destacar uma pesquisa de campo e de análise da bibliografia nos currículos dos cursos de Pedagogia e Biblioteconomia em quinze faculdades locais, realizada em Santa Catarina por Correa e Souza (2004, p.75) quanto a temática da biblioteca escolar, a qual constatou que não existe a menção do espaço praticamente em nenhum dos dois cursos, que é tratado de forma indireta e que apenas a questão da formação de leitores é considerada, ainda que de forma superficial.

Apesar dos desafios externos e internos que permeiam a existência da biblioteca escolar, a promulgação da Lei n.º 12.244 em 2010, foi recebida com entusiasmo pela classe bibliotecária, que trabalhou exaustivamente para que isso acontecesse. A lei dispunha que todas as escolas do ensino básico brasileiro deveriam ter uma biblioteca com um profissional da informação trabalhando nela até o ano de 2020. Campello *et al.* (2016, p. 40) destaca uma campanha realizada desde 1999 pelo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-8), de São Paulo e que teve a publicação do material intitulado “Projeto Mobilizador Biblioteca Escolar: construção de uma rede de informação para o ensino público” em 2008 junto ao Conselho Federal da classe, que contribuiu para a aprovação legislativa. Segundo Trindade, Siqueira, Terra (2021, p. 1) o prazo para o cumprimento da lei expirou, sem a efetivação da mesma e outros projetos foram apresentados, mas sem sucesso. Os autores destacam que falhas no regimento, como falta de punições para o seu não cumprimento, foi um dos motivos de sua não efetivação.

Nota-se que, a validação da necessidade da biblioteca escolar se torna uma luta contra o descaso e alienação da sociedade brasileira, precariedade na aplicação das políticas públicas pelo Estado e desconhecimento dos docentes e diretores sobre as possibilidades de auxílio no processo de ensino aprendizagem. Portanto, a partir daqui, vejamos como se dá a mediação como prática educativa de fomento à leitura desenvolvidas dentro da biblioteca que justificam esse espaço com seu viés humanizador e formador de leitores através da leitura do mundo, se reconhecendo de forma crítica e transformadora, entendendo depois, especificamente no trabalho com a literatura africana em língua portuguesa.

### **3 MEDIAÇÃO DA LEITURA NA BIBLIOTECA ESCOLAR**

“Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.” (BARROS, 2006, p.43) Parafrazeando Manoel de Barros, em sua obra *Memórias Inventadas: A segunda infância*, seguimos a fim de compreender o conceito de mediação cultural com esse propósito de encantamento que o autor cita como resultado, causa e efeito entre mediador e receptor da leitura, e conceber a importância da literatura como objeto social potente e humanizador na contemporaneidade, como destaca Cândido (2004). O encantamento como necessário, segundo Lourenço (2014, p. 29), se justifica por conta do movimento de catarse, que Griffero (2009, p. 6) assinala como a experiência estética do próprio eu que frui.

Buscando compreender o termo mediação da leitura na bibliografia científica na área da Biblioteconomia, Brito (2020, p. 60), destaca que a prática mediadora está inserida na categoria funcional ou instrumental, quanto a ação e recepção de objetos simbólicos que atuam nos processos de significação dos sujeitos em seus relativos contextos, como signos. Além disso, Brito (2020, p. 60) contextualiza a ideia herdada desde as bibliotecas Iluministas, que reverbera até hoje de que a apropriação dos bens culturais ocorre apenas com a sua disponibilização e nada mais. Contra isso, é aí que se realiza o verdadeiro papel do mediador, que apresenta o novo e faz com que a prática de resistência ocorra através da promoção da possibilidade de protagonismo do sujeito receptor, na qual os sujeitos “passam a ter papel central na cultura e, em suas relações com os signos, criam, recriam e se recriam” (BRITO, 2020. p. 61). Esse processo de gerar novos significados faz com que os indivíduos, sendo protagonistas, passem a estar no centro da mediação

cultural, dando sentido humanizador ao mundo, atuando no individual ou no coletivo. Já os mediadores podem ser vistos como um terceiro, que intervém, articula e é um intermediário entre texto e leitor, formando uma tríade e não mais a dualidade neutra antes pensada de informação e receptor, onde na nova configuração o mediador também se revela significativa nas relações do público com a literatura. Lourenço (2014, p. 29) fala sobre esse reconhecimento de si, partindo do próprio mediador quando conta histórias, onde a causa do encantamento aos outros ocorre a partir do próprio apuro e regresso a si mesmo.

A fruição e o prazer, como processo para o encanto, para Oberg (2007, p. 175) é o que diferencia a leitura literária das outras, por conta de como se dá sua recepção e a experiência transgressora no homem a partir disso. O texto literário, segundo a autora, se ancora em uma estética de linguagem que se aproxima das vivências humanas, tanto objetivas, como subjetivas. Oberg (2007, p.15) destaca as facetas contemporâneas da fruição marcadas pela liquidez do mundo moderno, pelo deslocamento, e pela velocidade. Por isso, é importante pensar no trabalho do texto literário na prática de mediação em inúmeras possibilidades, compreendendo que a fruição não é um ato mecânico, espontâneo e previsível. É um ato complexo, onde interagem aspectos do texto em particular, aspectos de cognição do sujeito e mediações de contextos históricos.

Dentro da biblioteca escolar, a mediação literária baseada no propósito de fruir, pode ser vista como ação construtora, direcionante e purificadora. Porém, é necessário que a literatura não seja vista como salvadora. Candido (2011) discorre que o caráter humanizador da literatura se dá tanto para o bem, quanto para o mal já que a arte da palavra nada mais é do que o reflexo dos valores sociais que são aceitos e preconizados, como os que são vistos como insalubres. Sendo como arte que “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate”. (CANDIDO, 2011, p. 177). Segundo o autor, a obra literária humaniza porque como objeto construído em sua forma como se organizam as palavras como mensagem, faz com que aconteça uma superação do caos quando o indivíduo tenta decifrar seu código, fazendo que primeiro se supere o próprio espírito, obtendo assim mecanismos psíquicos, para então superar o mundo.

Gardiés (2014) *apud* Nunes e Santos (2020, p. 14) destaca três tipos de processos realizados pelos mediadores que preconizamos ser o bibliotecário, e que compõem a ação mediadora: o documentário; o que profere a redação; o

informativa, quando o mediador expressa suas impressões; e o comunicativa, quando ocorre a articulação sobre o que foi assimilado. Sendo o primeiro, de acordo com a prática realizada pelos autores, a pura expressão do texto. Essa pode se dar em forma de contação de histórias, leitura em voz alta, leitura compartilhada ou jogral, e até mesmo com o trabalho com diferentes linguagens, como teatro, cinema e a música. Para Nunes e Santos (2020, p. 21) o processo informativo, ocorre na prática analisada, no momento em que o aluno, em atividade de escrita, expõe seu entendimento sobre a manifestação que acabou de presenciar. É a mensagem devolutiva ao mediador. Já o processo comunicativo se dá como debate, onde se expressa de forma oral sobre o que compreenderam sobre o texto, atribuindo sentido a ele.

Após a explanação sobre o critério científico atribuído ao impacto da mediação da literatura nos indivíduos, compreendendo algumas práticas que podem ser realizadas pelo bibliotecário dentro da escola, pretende-se, a partir daqui, lançar olhar a uma literatura que é urgente em ser disseminada: a literatura africana em língua portuguesa.

#### **4 AFRICANIDADES E LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA NA BIBLIOTECA ESCOLAR**

A literatura em língua portuguesa produzida no continente africano tem urgência em ser lida e mediada tendo em vista a colonização e recém independência de vários países do continente, aspectos que refletem nas letras de língua portuguesa, incluindo a questão do subalterno, ou o colonizado poder falar e responder ao cânone literário na língua do colonizador a forma que se vê e que vê o mundo a partir de sua perspectiva. É quando a história passa a ser contada por quem perdeu, foi marginalizado ou estereotipado, sendo a verdade questionada e desmembrada através da arte produzida por quem foi silenciado e colocado à margem da história, da economia e da cultura eurocêntrica.

Assim, a literatura de brasileiros descendentes de negros escravizados da África, sendo a abolição escravocrata do ponto de vista histórico como recente no país há apenas 134 anos, praticamente há uma geração e meia que ainda colhe chagas desse período sombrio para si, a humanidade e o país. Trigo (2014, p.123) considera a emergência dessas literaturas porque elas funcionam como “uma reivindicação da consciência cultural e colonial dos povos colonizados por Portugal.” (BRITO, 2014, p.123). Compreendendo a colonização como ato muitas vezes

bárbaro, violento e sufocador de culturas e costumes que pode ser visto de maneira mais categórica desde que o subalterno passou a ter voz também na arte literária, podemos conhecer sobre esse continente tão estigmatizado pelo intrínseco olhar colonizador do ocidente, elucidando até mesmo questões pós-coloniais. Alves e Timbane (2016, p. 75) comentam que a sala de aula e a biblioteca na escola se tornam lugares propícios para discussões e debates a fim de que se possa conhecer a África e também a contribuição dos povos originários para a cultura brasileira.

Umbelino e Pereira (2018, p. 3367) dissertam que “a literatura africana deve ser apresentada para que não fique à margem, perante outras consideradas de maior valor”. Mata (2014, p. 35) medita quanto às razões históricas da ordem eurocêntrica refletidas na disseminação da leitura literária e do desenvolvimento científico de forma desigual, onde assinala no globo, um sul que subserve um norte de caráter hegemônico, criando uma desigualdade entre essas duas esferas que se internalizou com a globalização, colocando a noção da literatura portuguesa de origem africana como menor que as demais, incômodo que ela considera sentir, assim como qualquer outro estudioso do tema.

Umbelino e Pereira (2018, p. 3368), consideram que outros temas, além das questões de raça e etnia, devem ser abordados quanto aos textos africanos junto aos alunos, não em dias específicos, como o dia da consciência negra, ou afins, mas com questões problematizadoras durante todo o ano letivo, ao lado das outras literaturas, com a concepção de que apresentar esses textos têm o “aspecto importante no diálogo intercultural na perspectiva lusófona.” (UMBELINO E PEREIRA, 2018, p. 3371). Sendo a obra literária uma transmissora de valores que de acordo com os autores são transmitidos através de gerações e perpetuam traços nas formações artísticas, então, através da leitura das obras de origem africana, é possível assimilá-los e compará-los aos valores e traços que reverberam, ou não, nos países que falam o português. Porém, é importante destacar e ter em mente que o termo lusófono atrelado às literaturas, segundo Moura (2022, p. 111) não mostra uma união dos países que escrevem na mesma língua como pode parecer, e sim representa um modelo que sempre foi tratado como único, e que atende ao que sempre foi estabelecido como padrão de bom ou ruim por Portugal.

Alves e Timbane (2016, p.76) lembram que a cultura afro é bastante marcada historicamente pela tradição da oralidade, onde os mais velhos são considerados importantes por se tornarem responsáveis pela propagação das histórias, conceitos

e saberes para os mais jovens, estando o conto no centro como um formato muito útil e importante para essa disseminação cultural. Autores africanos são atingidos e influenciados direta ou indiretamente em sua escrita por essa figuração, já que “nenhum escritor parte do nada”. (ALVES e TIMBANE, 2016, p. 77).

Neste sentido, Alves e Timbane (2016, p. 82) também mencionam a forma como se dá a construção do texto literário em sua estética acerca das marcas linguísticas, tanto como embelezamento da obra escrita, como assinalamento de traços de identidades de cada região africana que podem ser considerados como assinaturas autorais de cada artista literato.

Neste seguimento, é possível discutir e demonstrar aos alunos durante uma leitura, as marcações da oralidade e introduzi-los sobre a concepção daquela obra literária e seus significados no lugar e contexto que foi criada, e quais as interferências e intersecções com autores brasileiros já conhecidos ou não por eles, é possível observar já que os textos apesar de serem criados em posições geográficas extremamente distantes, estão escritos na língua portuguesa, em um continente que foi solo materno de descendentes que construíram o Brasil através da escravidão, mas que marcaram a cultura híbrida brasileira.

Pensando em políticas públicas no Brasil quanto a educação e a literatura africana, temos a lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece como obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” com outras providências, dentre elas o Artigo 26-A que dispõe sobre o estudo da história da África e dos africanos. Além disso, surge o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), que tem como propósito distribuir livros para leitura e material de apoio para alunos e professores, que em 2008, segundo Cirino (2015, p. 59), passou a atender todos os níveis de escolaridade, buscando se adequar às mudanças e necessidades educacionais em diferentes contextos e abordagens.

Bernardes (2018, p. 113) analisou quatro edições no PNBE de 2008, 2010, 2012 e 2014, com foco na literatura infantil, buscando como se deu a seleção de livros com temática na cultura afro e suas descendências no Brasil, e verificando de que forma o conteúdo é abordado pelas obras escolhidas pelo programa. O resultado foi que, de 360 livros, apenas 61 tratavam da temática analisada, e apenas 11 discutiam de forma positiva sobre o assunto. Além da baixa taxa de seleção do tema comparada a outros dos que suscitam, o personagem negro não é protagonista e sim coadjuvante ou figurante da história, com papéis subalternos e

esteriotipados nas narrativas, sem os fenótipos destacados, e muitas vezes parecidos com as personagens brancas nos livros também ilustrados.

Através dessa observação do estudo realizado por Bernardes em 2018, podemos ter uma breve impressão da forma que a temática africana é abordada dentro da escola quanto aos livros distribuídos pelo governo e seus programas que se apresentam tão insuficientes quanto a busca da promoção inexorável da igualdade racial. Portanto, além da docência, assinalamos aqui, incansavelmente, o protagonismo do bibliotecário escolar e sua função, fora a demandada pelo Estado e dos currículos, da prática de desenvolvimento de coleções, a fim de organizar um acervo, que de acordo com Curvo (2021), crie uma biblioteca que promova a equidade e explore a temática africana, inclusive “a tradição da oralidade em sua complexidade e sua representação em sistemas de informação como as bibliotecas escolares, é apontada como um desafio ao qual se pode considerar novas possibilidades.” (CURVO, 2021, p. 106). Como, por exemplo, utilizar como prática neste espaço a leitura em voz alta, em jogral ou compartilhada e, particularmente, a contação de histórias.

A biblioteca na escola, sendo espaço de guarda, tratamento e de ação para com a literatura africana, pode e deve realizar curadorias quanto a escritores africanos e suas particularidades, e apresentar a comunidade da escola, como descreve Curvo (2021, p. 113), trabalhando junto aos professores nessa missão humanizadora e de próprio conhecimento da história como práxis da sala de aula, conhecendo a realidade sociocultural que está inserida e não como um depósito de livros que são alocados em seus espaços sem um propósito vigente e visceral, realizando a ação cultural em cima de seu acervo construído de forma crítica e especializada para confrontar a estrutura racista, e formando coleções antirracistas para o desenvolvimento de uma noção mais positiva e real quanto as africanidades.

Para além da necessidade que enfatiza Curvo (2021, p. 119) de se ter no acervo obras didáticas que tratem da história do continente africano, como *A coleção história geral da África* realizada pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), traduzida pela UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos) e a existência de diferentes materiais que tratem do tema, como até mesmo mapas do continente africano que é tão grande e complexo quanto às especificidades de suas etnias e tradições, deve se pensar na aquisição massiva de obras literárias de autores de países africanos.

Cinco países do continente africano falam oficialmente a língua portuguesa: Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, São Thomé e Príncipe. Porém o ensino dessas literaturas na escola necessita de considerações, já que esses países tiveram suas literaturas locais abafadas por um cânone e suas características que de acordo com Moura (2022, p. 106) é reflexo da forma que são guiados os estudos históricos de cada época, já que como assinala o autor, no Brasil, o ensino de literatura se centra em épocas, assim como é na literatura portuguesa e literatura brasileira, do barroco ao modernismo. Isso dificulta o processo didático e pedagógico para inclusão, crítica e analítica, já que as literaturas africanas se desenvolvem de forma diferente desse padrão dogmático ocidental, não tendo estilos de períodos. Moura (2022, 106) destaca também, que por conta da tradição oral, a fase escrita africana se dá apenas no ano de 1849, com “Espontaneidades de minha alma” de José da Silva da Maia Ferreira, em Angola, com uma escrita considerada colonial até o marco de 1975, com a independência extremamente tardia de Portugal. Se inicia então o pós-colonialismo, um recorte histórico cronológico que é feito apenas para situar os alunos num campo crítico quanto ao pensamento eurocêntrico para com essas literaturas colocadas por anos à margem.

No geral, poucos anos antes da independência de países do continente como Angola e Moçambique, e depois com o pós colonialismo surgem nomes importantes na literatura que denunciam as crises internas de cada região, além da posição de subalternos perante os colonizadores. Nomes como de Luís Bernardo Honwana, Pepetela, Mia Couto, José Luandino Vieira, Agualusa e Ondjaki nascem e são trazidos para a superfície dos estudos literários, ainda que de forma tímida e segregada. Africanos escritores que utilizavam da própria língua do colonizador, instrumento de dominação tão utilizado durante anos de assalto às colônias para denunciar e combater o lugar de servir que foram designados.

Dos autores citados, podem ser trabalhados com os alunos, em prática de mediação aspectos do sentimento pós colonialista no território africano que podem ser observados em Ondjaki, em textos como no conto “Nós choramos pelo cão tihoso” (2015), onde o autor narra um grupo de alunos que leem o texto “Nós matamos o cão tihoso” de Luís Bernardo Honwana, publicado em 1965, onde segundo Moura (2022, p.107), o animal representaria o povo de Moçambique, já que o cão está doente, e um grupo de crianças que pode ser simbolicamente Portugal, é incubido de matá-lo. Quando o autor utiliza do texto publicado num período pré-

independência, pode-se ler que ele compactua do mesmo sentimento quanto a observação do colonizador para com Angola, que aborda Honwana em Moçambique. Assim como também pode ser analisado o traço dominante que a língua pode estabelecer na relação entre colonizador e colonizado, no romance *Os transparentes* que Ondjaki publicou no ano de 2013, em que há diálogos entre estrangeiros e o povo local de Luanda. Moura (2022, p. 110) acredita que a forma como os luandenses têm seus padrões linguísticos afetados com a presença de indivíduos de outras nacionalidades, trabalhadores de multinacionais e comerciantes, se dá por conta da exploração de petróleo na região. O romance se sucede em uma Angola pós independência, com tradições locais marcadas junto a realidade de se adaptar a uma língua além do português, que já entende-se como imposta pelo colonizador.

Já no romance *Bom dia Camaradas* (2000), Vieira (2010, p. 4), assinala que Ondjaki traz suas memórias da infância ao texto ficcional, vivida em Luanda na pós independência, criando praticamente uma autobiografia e um discurso histórico, onde a trama mostra a presença de soviéticos e cubanos convivendo junto no país em um cenário de violência e escassez. Porém, onde existe um ideal de futuro, há um ideal que também pode ser observado na obra *A bicicleta que tinha bigodes* (2011), como exemplo, no trecho:

- Tinha mesmo o quê? Uma estória tua?  
 -[...] Era um pedido.  
 - Mas o concurso era de estórias. Por isso é que não ganhámos!  
 - [...] Era pedido tipo quê?  
 - Era um pedido mesmo. Para o camarada presidente dar bicicletas a todas as crianças de Angola, mesmo as que não sabem contar estórias. Como eu...  
 As estrelas brilhavam mais porque a noite estava escura como se o mar tivesse molhado todo o céu.(ONDJAKI, 2011, p. 84).

Nesse destaque, o narrador personagem em seu olhar de criança, se inscreve em um concurso de estórias para ganhar uma bicicleta como prêmio, e o seu desejo e forma de olhar ao próximo e ao bem comum se expressam e expõem o cunho socialista que pairava em Luanda naquele momento histórico. O livro ainda traz outras características da época, como as dificuldades da guerra e a relação com o exército enfrentadas pela população e as diferenças sociais.

São inúmeras as possibilidades de se conhecer a história de Angola e outros países do continente através de Ondjaki, dentre outros autores antecessores venerados por ele. Porém, a falta de conhecimento curatorial de bibliotecários para a

aquisição de obras pertinentes à realidade de países africanos faz com que a Lei 10.639/03 se cumpra de forma inibida e insuficiente. Além de aspectos como a falta de conhecimento de docentes que não tiveram em sua formação disciplinas voltadas para a literatura africana ou mesmo se ministradas, estavam realocadas em um nicho dentro da literatura portuguesa e não à parte. Como as singularidades e diferenciais pedem que seja, elas trazem uma dificuldade para o ensino do conteúdo na escola, segundo Moura (2022, p. 108). Por isso, exemplos de evidência de facetas mais fidedignas em textos como de Ondjaki, a serem trabalhados pelos bibliotecários em suas mediações, compactuam para uma educação pautada na diversidade, na desconstrução do pensamento racista e colonizador tão enraizado no pensar contemporâneo brasileiro.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muitas são as explicações realizadas neste texto que justificam incansavelmente a necessidade da existência de uma biblioteca que esteja viva, enérgica e pulsante dentro das escolas, fazendo parte das ações pedagógicas que trazem como objeto de trabalho o livro e a leitura literária, trabalhando a fruição e a mediação dos bens culturais como exercício humanizador. Assim como são também os apelos quanto à urgência de se trabalhar a literatura africana em língua portuguesa para desnudar dentro desse espaço imagens construídas por Portugal e o ocidente quanto ao território africano. Não é difícil de entender que em um país que tem um histórico de governos que trabalham com o ideal de uma educação domesticadora e não crítica, com a história escravista e racista que tem o Brasil, também antiga colônia de Portugal, esse trabalho é exaustivo porque exige resistência, combate criterioso, e diálogo assertivo com ações organizadas e fundamentadas.

Por isso, procurou-se entender as políticas públicas e leis que estabelecem diretrizes e obrigatoriedade quanto a esses dois pontos: bibliotecas e literatura africana. Como a lei 12.244/2010, que visa a universalização das bibliotecas, o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) e a lei 10.639, que inclui nos currículos a temática da história afro-brasileira, observando as limitações e ineficiências nas ações educacionais quanto a aplicação dessas diretrizes e legislações. A partir disso desenvolve-se uma rica reflexão sobre possibilidades de trabalho criterioso de bibliotecários na mediação da informação quanto a temática

africana e suas literaturas em língua portuguesa, com o intuito de: desvendar sobre a realidade além do estereótipo de miséria, misticismo, guerra e segregação, especificando pontos em alguns dos textos do autor Ondjaki, pontuando aspectos como da língua portuguesa, agindo como agente dominador sobre países recém descolonizados, como Angola, o uso da língua do colonizador pelo colonizado como forma de desmascaramento e reivindicação, vendo também os conflitos entre tradição e o contemporâneo e a globalização que rondam os impactos e construções linguísticas na região, assim como se estabelece o sentimento dos angolanos para com os portugueses, suas aspirações futuras e suas ideias do bem comum, de dignidade e esperança.

Através de uma ação cultural estruturada, especializada e cirúrgica, que lide com uma África que não só sangra, e com uma literatura que denuncia e intenciona fé, confiança e crença, é possível fazer com que a biblioteca escolar exerça seu papel essencial promovendo a apropriação de sentidos, democratização do acesso e o olhar do alunos sobre si, construindo seres humanos mais justos, interferindo nas iniquidades de raça e estados sociais, que rondam e dividem nosso globo há séculos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. J.; TIMBANE, A. A. A importância da literatura africana na transmissão da cultura no ensino médio no Brasil. **Interfaces**, Paraná, v. 7, n. 2, p. 78-85, 2016. Disponível em: [https://revistas.unicentro.br/index.php/revista\\_interfaces/article/view/4392](https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/4392). Acesso em: 01 jun. 2022.

BARROS, M. de. **Memórias inventadas**: a segunda infância. São Paulo: Planeta, 2006.

BERNARDES, T. V. M. **A literatura de temática da cultura africana e afro-brasileira nos acervos do programa nacional biblioteca da escola (PNBE) para a educação infantil**. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/198374/PEED1348-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BRITO, G. R. (2021). Mediação da leitura em bibliotecas. **EntreLetras**, Araguaína, v. 11, n. 3, p. 57-74. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft2179-3948.2020v11n3p57-74>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T.; LIMAS, R. F. de, & SOUZA, T. G. F. (2016). A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da lei 12.244. **Ponto de Acesso**, Bahia, v. 10, n. 2, p. 39–58. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13609>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *In* \_\_\_\_\_. **Vários escritos**. São Paulo/Rio: Duas cidades; Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191..

CIRINO, D. B. L; **PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA NA ESCOLA – PNBE**: da apropriação dos acervos para a formação de leitores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, 2015. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/web/up/549/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Darcien e.pdf.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/web/up/549/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Darcien e.pdf.pdf). Acesso em: 01 jun. 2022.

CORRÊA, E. C. D.; SOUZA, M. R. Parceria entre bibliotecário e educador: uma importante estratégia para o futuro da biblioteca escolar. **Infociência**, São Luís, v. 4, n. 1, p. 68-87, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/4286>. Acesso em: 11 ago. 2022.

CURVO, L. F. S. A biblioteca escolar na perspectiva da promoção da igualdade racial = the school library from the perspective of promoting racial equality. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 106-130, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/161125>. Acesso em: 07 set. 2022.

GRIFFERO, T. C. *In*: Cartia, Gianni; D’Angelo, Paolo (Direção). **Dicionário de estética**. Lisboa: Edições 70, 2009.

LOURENÇO, A. Contando histórias e encantando nos espaços de leitura. **Ciência da Informação em Revista**, Alagoas, v. 1, n. 2, p. 28-31, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/47432>. Acesso em: 07 set. 2022.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: Desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 1, p. 27–42, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.1.1618>. Acesso em: 01 set. 2022.

MOURA, A. C. Literaturas africanas de língua portuguesa na sala de aula por uma educação pós-colonial. **Revista Vértices**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 104-116, 4 abr. 2022. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16311/14728/>. Acesso em: 09 set. 2022.

NUNES, M. S. C.; SANTOS, F. O. Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, 25(2), 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/24116/19424> Acesso em: 07 jun. 2022.

ONDJAKI. **A bicicleta que tinha bigodes**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

OBERG, M. S. P. **Informação e significação**: a fruição literária em questão. 2007. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: doi:10.11606/T.27.2007.tde-23072009-161746. Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. **Revista ACB**, Santa Catarina, v. 16, n. 2, p. 489-517, Florianópolis, 2011. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>. Acesso em: jun. 2022

SILVA, W.C. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1994.

TRIGO, S. (2014). A emergência das literaturas africanas de expressão portuguesa e a literatura brasileira. **Letras De Hoje**, Rio Grande do Sul, v. 19, n. 1. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/17519/11251>. Acesso em: 12 jun. 2022

TRINDADE, T. L. ; SIQUEIRA, T. G. de S. ; TERRA, G de M. Lei nº 12.244/ 2010 universalização das bibliotecas escolares: 2020 chegou e agora?, 2021 . *In: XII Encuentro Latinoamericano de Bibliotecarios, Archivistas y Museólogos* (EBAM), João Pessoa, 20 a 24 de setembro de 2021. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/42891/1/TRINDADE\\_SIQUEIRA\\_TERRA\\_EBAM\\_2021\\_Final.pdf](http://eprints.rclis.org/42891/1/TRINDADE_SIQUEIRA_TERRA_EBAM_2021_Final.pdf). Acesso em: 07 jul. 2022.

UMBELINO, C. da S.; PEREIRA, D. de C. O ensino de literatura africana em língua portuguesa e suas perspectivas. *In: Anais do Congresso Internacional ABRALIC* (Associação Brasileira de Literatura Comparada: Circulação, tramas & sentidos na literatura. UNB, Brasília, 2018. Disponível em: [https://abralic.org.br/anais/arquivos/2018\\_1547734243.pdf](https://abralic.org.br/anais/arquivos/2018_1547734243.pdf). Acesso em: 07 jul. 2022.

VIEIRA, K. M. L. Pelos caminhos da memória: Angola do pós independência revisitada por Ondjaki. **Revista África e Africanidades**, [s.l.], Ano 3, n. 10, 2010. Disponível em: [http://africaeaficanidades.com.br/documentos/10082010\\_10.pdf](http://africaeaficanidades.com.br/documentos/10082010_10.pdf). Acesso em: 01 jun. 2022.